

# ORIGEM DOS PROJETOS CONTEMPORÂNEOS DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Schmidt\*

## **Introdução**

O presente texto pretende discutir a evolução da percepção das potencialidades da economia gaúcha a partir do período que segue a “crise” dos anos cinquenta e do início dos anos sessenta quando se completa sua integração à economia nacional, bem como a influência que possa ter esta percepção na formulação dos projetos contemporâneos de desenvolvimento para o Estado.

Na realidade, o presente texto é um subproduto de uma pesquisa mais ampla que realizamos em parceria com o economista Ronaldo Herrlein, cujo título é *Os dois projetos contemporâneos de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul*.

Longe de esgotar a discussão sobre o tema devemos advertir que as manifestações e textos que comentamos constituem certamente uma parte do debate e corremos o risco de omitir algumas contribuições que enriqueceriam muito a discussão.

O texto além desta introdução se constitui de uma seção que trata da evolução do debate sobre o lugar ocupado pela economia gaúcha na economia nacional, assim como os elementos empíricos subjacentes; segue analisando as conseqüências destas discussões sobre o conteúdo dos projetos contemporâneos de desenvolvimento e termina com uma conclusão.

## **1 Debate sobre o lugar na economia gaúcha na economia nacional**

A não participação do Rio Grande do Sul no surto de crescimento engendrado pelo “plano de metas” do governo J K produziu um profundo impacto no imaginário de sua população, de sua intelectualidade e de seus governantes.

---

\* Professor adjunto do departamento de ciências econômicas da FCE da UFRGS.

Na realidade reacendia um sentimento mais ou menos latente, segundo os períodos históricos, de marginalização do Rio Grande pelo governo central, que encontra seu mais remoto eco na Revolução Farroupilha. Um discurso realizado pelo então ministro da agricultura Pedro Simon em 1985 reportado por Oliven (Oliven, 1993) mostra a permanência desta sensação de exclusão no tempo.

O livro *Rio Grande do Sul um novo Nordeste* de Franklin de Oliveira (Oliveira, 1960), escrito de forma jornalística, é um libelo contra a marginalização do estado do Rio Grande do Sul. Introduzindo o texto de Oliveira duas manifestações, que partem de campos opostos na política, uma do então governador Leonel Brizola e outra do Senador Men de Sá, avalizam seu conteúdo e reforçam a sua postura de protesto contra a referida marginalização.

É interessante observar que o impacto do período de crise se faz sentir muito tempo depois, mesmo quando já era evidente a recuperação econômica do estado.

Um trabalho importante, (25 anos da Economia Gaúcha, 1975) parece com alguma razão, aliás, desconfiar da solidez da retomada da economia regional após 1967, tanto que em função do mau desempenho da economia em 1972, quando a taxa de crescimento do PIL gaúcho era de 0,5%, tira conclusões a respeito do biênio 72-73 (lembremo-nos que em 1973 o crescimento do PIL é de 10,3%); caracterizando o quadriênio 68-71 como *perspectiva de recuperação* e o biênio 72-73 como *necessidade de diversificação econômica*.

Alain Lipietz (Lipietz, 1985), em seu livro *Miragens e Milagres* critica a visão estática que normalmente se tem da condição dos países exportadores de matérias primas, ressaltando que o *modo de adesão ao regime internacional* é cambiante no tempo. Da mesma forma a divisão do trabalho social a nível nacional se modifica. O regime de acumulação no Brasil fortemente determinado pela ação do Estado foi, ao longo do tempo, redefinindo os papéis das regiões, criando restrições e oportunidades para emergências e desenvolvimento ou estagnação e declínio das diferentes atividades econômicas.

A percepção regulacionista dos processos econômicos e sociais enfatizando o papel das instituições na regulação da acumulação do capital nos ajuda a pensar este processo no espaço regional.

No caso dos países latino-americanos e particularmente no Brasil, o Estado é a forma institucional que mais impulsionou a acumulação do capital inclusive dando forma, muitas vezes com razoável autonomia à relação salarial. O Estado no Brasil foi “fabricante” do capitalismo e capitalistas pela forma como interviu na economia.

A esfera regional do estado no Brasil nos primeiros 40 anos de República gozava de ampla autonomia no seio da federação. No caso do Rio Grande do Sul se conformou uma forma de Estado Regional com peculiaridades em relação aos demais estados, onde a regra foi a manutenção da hegemonia dos setores sociais que a tinham no Império.

No Rio Grande do Sul, um grupo articulado e disciplinado de militantes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) coesionados pela adesão ao positivismo, mediante articulações e alianças, principalmente com o exército, desbancou a velha oligarquia latifundiária e impôs por 40 anos seu predomínio na política regional.

Manipulando resultados eleitorais, usando a força, enfrentando duas guerras civis contra seus adversários, este grupo político ao mesmo tempo que percebeu o esgotamento da economia pecuária, apostou na agricultura colonial, na industrialização e no mercado interno regional (Herrlein, 2000) e promoveu um ciclo de crescimento econômico sustentado no período.

Como bem ressalta Fonseca, (1993) mais importante que a consistência e coerência dos atores históricos em relação a sua filiação ideológica explícita é a utilização que fazem do corpo de idéias nos contextos históricos específicos. Assim a idéia de autarquia é preservada na ação econômica do Estado Regional na Velha República, bem como a encampação da rede ferroviária, pois esta prejudicava pelo seu mau funcionamento, o conjunto da comunidade (para os positivistas o Estado está acima dos interesses particulares). Princípio não mantido quando das facilidades fiscais concedidos aos frigoríficos estrangeiros instalados no Rio Grande do Sul entre os anos de 1918 e 1920.

Já a nova geração do PRR, cuja figura mais emblemática é Getúlio Vargas, menos ortodoxa que os velhos próceres do partido, no final do período em questão funda o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, contrariamente o ideário positivista de não concessão de empréstimos pelo setor público (Fonseca, 1993).

As transformações da nova geração são mais amplas e profundas em função dos novos tempos e responsabilidades assumidas. Guindados ao poder nacional em 1930, num quadro de restrições oriundas da crise mundial, rompeu com o federalismo positivista consolidou um Estado unitário, num contexto onde a autarquia econômica muda de escala, isto é, devido às restrições externas foi necessário desenvolver o processo de substituição de exportações e para tal mobilizou-se recursos e planejou-se ações em escala nacional. Aliás, a aliança com os tenentes rebeldes do exército nacional, que ajudaram a realizar o movimento militar de 1930 reforça a posição pelo Estado centralizado.

A partir daí vai se configurando o Estado desenvolvimentista e autoritário (o progresso na ordem positivista). As leis de proteção social que regulam o uso da força de trabalho urbana se coadunam com a idéia positivista de integração do proletariado, mas sem autonomia organizativa como requer o imperativo de ordem.

O trabalhismo, que é tributário de Vargas, assume um caráter progressista na medida que coloca a dimensão de ampliação de direitos e propugnam o desenvolvimento nacional autônomo. No entanto no seu segundo governo (1950-1954) Vargas não propõe a revogação da restritiva legislação sindical. Após sua morte seus herdeiros políticos avançaram na perspectiva das reformas de base de caráter redistributivas nos quadros do desenvolvimento capitalista.

No plano regional, o governador Leonel Brizola, um dos herdeiros do trabalhismo, além de postular as reformas de base, protesta contra a marginalização do Rio Grande do Sul pelo ‘plano de metas’ e reivindica para o estado a instalação de complexos industriais (aço, refinaria de petróleo, etc.) e melhoramentos na infraestrutura que permitisse ao Rio Grande do Sul recuperar o atraso.

Em que pese todas mudanças de forma ou conteúdo ao longo do tempo parece existir na história gaúcha algumas permanências:

a) o antiliberalismo e a sua contra-face a intervenção estatal na economia e nas relações sociais;

b) o sentimento de estar à margem das políticas nacionais que objetivam o desenvolvimento econômico;

c) o autoritarismo e caudilhismo que é, no entanto, ancorado em práticas legitimadoras;

d) uma distância mais pronunciada do Estado Patrimonialista do que em outros estados do Brasil (pelo menos após a proclamação da República).

No item c, em particular, podemos citar, longe de esgotar a questão, a instalação das pequenas propriedades em terras devolutas na primeira República, o apoio aos pequenos agricultores no governo Ildo Meneghetti (Dalmazo,1992) e a ênfase na educação no governo Brizola.

Este padrão de relação entre governantes e sociedade parece mostrar que independente do caráter mais ou menos conservador dos governos a busca de legitimação é percebida pelos governantes como uma necessidade. O resultado concreto é que o índice de desenvolvimento humano (IDH) do Rio Grande do Sul, atualmente é o maior do Brasil, superior ao de estados de renda per capita mais elevada (Targa, 1996).

Esta volta ao passado busca ainda que superficialmente esboçar a gênese de algumas formas institucionais em particular a forma do Estado Regional, com o adjetivo de subsidiar as discussões sobre projetos de desenvolvimento do estado, assim como tentar explicar sua aderência ao imaginário popular.

As demandas de Brizola acabaram sendo implementadas nos governos militares, e não nos parece abusivo dizer que deve ter pesado neste fato a preocupação de neutralizar a influência de Brizola no estado.

O período que vai de 1964 até 1980, a exceção da crise de 64 a 67 é caracterizado por um forte crescimento econômico.

A partir da revisão feita na metodologia de cálculo das contas regionais, tendo como objetivo compatibilizá-las com as nacionais no sentido de torná-las comparáveis (Accurso, 1993) verifica-se que na década de 70 o PIB gaúcho cresceu a uma média de 8,0% ao ano, embora inferior ao crescimento médio nacional que é de 8,6 a.a., mantém no final do período sua renda per-capita superior a média nacional em 18%, devido a uma menor taxa de crescimento demográfico.

Observando o período posterior que vai até 1995, caracterizado em nível nacional como de baixo crescimento, verificamos que a renda per capita do Rio Grande Sul é cerca de 27% superior a nacional.<sup>1</sup> No período mais recente (2000) a renda per capita gaúcha atinge um nível 31% acima da nacional.

Ora, o dado PIB per capita é superior ao PIB global para indicar o nível de riqueza de uma região, e este não tem mostrado um recuo do RS em relação ao Brasil, muito pelo contrário.

O discurso do atraso relativo amplamente difundido na década de 80, o discurso de Pedro Simon já mencionado, assim como de tantos outros, tem apresentado como corolário a necessidade de diversificação da matriz econômica do Rio Grande do Sul, tida como incompleta quando comparada à paulista (Souza, 1986)

É curiosa esta persistência do almejar que um estado da federação tenha “estrutura produtiva completa” e não seja parte da divisão nacional do trabalho. Mais ainda é recorrente a idéia que ‘a subordinação’ aos impulsos do pólo dinâmico da economia nacional implique em ampliação do atraso relativo e em prejuízos para economia regional.

Uma discussão dentro de um mesmo paradigma sobre estas questões foi travada por autores e coordenadores de dois trabalhos sobre a economia gaúcha. Um datado de 1975 (25 anos de economia gaúcha) já citado e outro de 1983 (A economia gaúcha na economia nacional). O debate reproduzido na revista “Ensaio de FEE”, (Lima e Almeida, 1983), (Souza, 1983) e (Castan, 1983), está assentado basicamente

em categorias marxianas e pelo lado dos alinhados à idéia de subordinação do espaço econômico gaúcho ao centro hegemônico da economia nacional está colocada a posição de que há um escalonamento de expansão de mercados segundo os ramos de produção e *aquelas regiões cujas estruturas de produção comportarem mais ramos que produzem para mercados que se expandem mais rapidamente, terão a crescer com maior velocidade* (Lima e Almeida, 1983, p. 154). Mais adiante reconhece “que o fato de uma região se encontrar em posição subordinada não significa que suas taxas de expansão sejam necessariamente inferiores àquelas e prevalecem na região onde se localiza o centro hegemônico da economia” (Lima e Almeida, 1983, pg. 158). Como os autores reconhecem e mostramos anteriormente é o caso do Rio Grande do Sul.

Castan defende o trabalho que coordenou ( A economia gaúcha na economia nacional) colocando que neste, analisa os mecanismos pelos quais pode haver o desenvolvimento desigual capitalista, a saber: transferência de valor pela concorrência intra-ramo (diferença entre valor individual e valor social médio); transferência de capital interindustrias; transferência de valor originada dos diferenciais de salário (*empresas, setores ou regiões que remuneram os assalariados a taxas inferiores não conseguem reter a totalidade da mais valia extra, pois a concorrência faz jogar parte deste excedente no pool geral da apropriação*) ( Castan, 1983, p. 182).

Este trabalho mostra que a resultante destas três componentes não indicaria uma ‘expolição’ do Rio Grande do Sul por São Paulo, como se acreditava.

No nosso entender, o processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, articula as diferentes regiões do espaço nacional numa dinâmica que provoca constantes mutações de papéis destas regiões. O Estado, principalmente na esfera federal, é quem tem relativa autonomia para explorar potencialidades que a ‘mão invisível’ não consegue plenamente. Assim com o objetivo de diminuir as restrições externas da economia, foi estimulada a cultura da soja no Rio Grande do

---

<sup>1</sup> Temos que notar que nos anos 1994 e 1995, o RS e o Brasil tiveram taxas de crescimento de 1,62% e -1,83% para o primeiro e 4,5% e 2,84% para o segundo fruto do plano real que prejudica o Rio Grande do Sul.

Sul que encontrou condições excepcionais de desenvolvimento (terras, infraestrutura, pré-existências de uma agricultura moderna, etc.).

Os efeitos dinâmicos desta cultura, mesmo quando se expande para outras regiões que tinham algumas vantagens comparativas, encontram na indústria gaúcha associada à agricultura, o suporte (no quadro de uma economia bastante fechada) para multiplicar o crescimento. Só para se ter uma idéia os sub-ramos de máquinas e equipamentos agrícolas (mecânica), óleos vegetais e adubos (química) cresceram respectivamente 44%, 43,6% e 38,1% ao ano no período de 70-75, passando este conjunto de sub-setores de 1,9% do valor bruto da produção industrial em 1949 para 17,8% em 1975.

As propostas para superar o *gap* em relação ao centro hegemônico se focalizam na indústria. No entanto a evolução industrial das duas regiões, a hegemônica (São Paulo) tem sua participação no PIB industrial declinante, passando de 58,1% em 1970 para 49,3% em 1990; enquanto que a participação da região periférica (Rio Grande do Sul) cresce no mesmo período de 5,8% para 7,0 (1991), se considerarmos só a indústria de transformação passa de 6,4% em 1970 para 9,3% em 1991.<sup>2</sup>

Em relação ao Brasil as quedas mais pronunciadas da participação setorial gaúcha (70-91) são no setor de serviços (de 8,7% para 6,8%) e na agricultura (de 14,6% para 7,7%).

A diminuição da participação da agricultura gaúcha na agricultura brasileira, a menos das oscilações devido as safras, é uma tendência natural de uma região que esgotou sua fronteira agrícola num país onde esta se expande para o Norte e Oeste.

Pensamos que os dados empíricos não sustentam a síndrome do atraso e que os agentes econômicos gaúchos souberam renovar fontes de dinamismo e explorar nichos na economia que mantiveram seu PIB per capita num ritmo de progressão superior ao nacional.

---

<sup>2</sup> As taxas médias de crescimento da indústria entre 1986 e 1995 foram de 1,22% para o Rio Grande do Sul e 0,59% para São Paulo (Passos e Lima, 2000).



Para finalizar gostaríamos de mencionar, *en passant*, um texto de 1996 (Azevedo, Monteiro, Portugal, 1996) feito por encomenda da Federasul. O referido texto parece ser do tipo que, para além da formulação de conjecturas, os resultados são definidos *a priori* e depois se busca dados para justificá-los.

Na linha ‘samba de um nota só’, tão a gosto da economia *standart*, constrói a tradicional relação déficit fiscal e estagnação econômica, mediada pela insuficiência de investimentos em infraestrutura.

Tais construções reducionistas, típicas desta linha teórica, encontram a resposta adequada em Lima (1997). No entanto sem negar a necessidade de se cuidar da questão do financiamento das ações do Estado, vemos que os autores se enredam na sua própria argumentação, quando os indicadores considerados relevantes para mostrar o mau gerenciamento das contas públicas, são piores para o estado de Santa Catarina e apesar disto este estado tem segundo os autores boa performance no que se refere à infra-estrutura e a economia em geral.

## **2 Os projetos contemporâneos**

Através de entrevistas realizadas e consulta a documentos vemos que o traço comum dos dois projetos de desenvolvimento é a sua formatação quando já se avançou no tempo dos mandatos. Nos planos de governo submetidos à população por ocasião das eleições, as formulações são bastante amplas e em geral não operacionais. Mais tardio ainda é a implementação dos referidos projetos.

Outra constante é a forma de apropriação dos resultados da economia em geral no espaço do estado que aparece nas declarações e publicações oficiais. Os resultados positivos, muitas vezes fruto de alterações macro-econômicas, são creditados às intervenções do governo estadual, já os negativos são atribuídos a fatores exógenos.

Uma coisa parece certa, os instrumentos de intervenção do Estado Regional têm maior incidência sobre a performance econômica no médio e longo prazo (infraestrutura, educação, etc), não podendo manejar políticas privativas do Estado nacional com por exemplo câmbio e juros. Assim os governos são impactados pelas

conjunturas e se sentem pressionados a dar respostas que não estão a seu alcance. Esta postura é reforçada pela percepção que tem a população do papel do Estado regional como principal responsável pelo desenvolvimento econômico, revelada por recente pesquisa (A Identidade Gaúcha, 2000).

O projeto de desenvolvimento do governo Britto parte, no nosso entender, de uma forma mais ou menos explícita da percepção que a matriz produtiva tinha lacunas que de um lado tornava a economia do estado tributária de ‘centro hegemônico’ e de outro limitava o crescimento do estado por sediar principalmente setores ‘atrasados’ e nestes, pequenas empresas com dificuldade de acesso a financiamento e tecnologia.

O governo Britto se instalou num momento em que os reflexos do plano real eram particularmente danosos à economia gaúcha (no período 94-97 enquanto que o PIB brasileiro cresce a uma média de 3,4% ao ano o PIB gaúcho cresce 0,4% em média ao ano). O fato do governo do Estado ser um aliado político do governo federal o impedia de avaliar negativamente sua política econômica em particular sua política cambial e de juros que combinadas causaram enormes danos à economia e finanças públicas gaúchas. As tendências de curto prazo são vistas como estruturais e a alternativa a ser adotada seria a inserção no processo de abertura econômica nacional como espaço habilitado a captar parte dos fluxos de investimentos que efetivamente por um curto período se destinava aos países emergentes. Daí a política de atração de investimentos tendo por base incentivos fiscais, oferta de recursos a fundo perdido e qualificação da infra-estrutura.

Na falta de recursos fiscais para implementar este programa, recorre-se às privatizações, que pela leitura dos programas de governo (Diretrizes do governo, 1994), não constava nas propostas originais, embora se admitisse a possibilidade de “parcerias” com o setor privado em alguns casos.

Os programas e projetos foram implementados, no governo Britto, em grande parte por fora da estrutura formal do Estado, isto é, aquela que desenvolve a rotina deste. Esta prática encontra similar no plano de metas de J.K., que criou uma estrutura paralela para gerir a implementação do plano. Aliás, a referência ao

desenvolvimentismo é explícita em documento do deputado César Buzatto (Secretário da fazenda do governo Brito).

Neste texto Buzatto procura se demarcar do liberalismo e qualificar a política de incentivos como desenvolvimentista.

O referido documento, uma análise *ex-post* do governo Britto, coloca a atração de grandes empresas como elemento dinamizador da economia e com possibilidades de “reativar reflexivamente as indústrias tradicionais e aumentar significativamente o setor de comércio e serviços, grande empregador de mão de obra” (Buzatto, 2001, p. 2).

Há nesta visão uma concepção Rostowiana do desenvolvimento como já dissemos alhures (Herrlein e Schmidt, 2002), isto é, à semelhança dos países as regiões subdesenvolvidas trilharão as mesmas etapas outrora percorridas pelas regiões desenvolvidas. As indústrias a serem atraídas desempenhariam pelos seus efeitos multiplicadores, o papel de pólo dinâmico. No entanto no momento presente estas indústrias (principalmente a automobilística) adotam um sistema de provisionamento de insumos em escala internacional, facilitado pelo novo regime automotivo (Castilhos e Passos, 1998) que diminui fortemente os efeitos dinâmicos sobre a região onde se instalaram as empresas, outrora denominadas de ‘motoras do crescimento’. O quadro hoje é, portanto, bem distinto da instalação das indústrias automobilísticas em São Paulo nos anos 50 e mesmo da Fiat em Minas Gerais nos anos 70.

O governo Britto, no ano 1997, a partir da secretaria de Coordenação e Planejamento consolida seu projeto estratégico, consubstanciado numa série de documentos denominados RS 2010. Nestes visualiza as perspectivas abertas com a consolidação do Mercosul e as vantagens que poderia ter o Rio Grande do Sul devido tanto a sua posição geográfica em relação aos centros mais importantes do Mercosul, quanto às possibilidades de engajamento nos projetos regionais das grandes empresas multinacionais. Montam-se cenários onde os novos investimentos privados estimulados pelo governo, as melhorias na infra-estrutura, precedidos por ajustes macro-econômicos conduziriam um crescimento sustentando do PIB. Renomados economistas concluem que o cenário projetado de crescimento para 2010 *parece*

*onírico aos olhos de quem se acostumou ao quadro sombrio da década de 80 e início da década de 90, (...) mas que poderia ser até modesto tendo em vista taxas dos anos 70 (Cenários 2010, 1997).*

As taxas de crescimento do PIB projetadas no prazo mais curto podem ser confrontadas com aquelas efetivadas no período. Segundo previsões para os anos 1997, 1998, 1999 e 2000 teríamos taxas de crescimento do PIB gaúcho de respectivamente 5,7%, 1,5%, 2,0% e 3,5% e as taxas efetivas foram para os mesmos períodos de 6,1%, 1,0%, 3,6% e 4,6%. Num país cada vez mais aberto e sujeito a turbulências internacionais, que por sua vez são mais freqüentes é difícil prever uma trajetória no curto, que dirá no longo prazo, para o qual os referidos economistas prevêem para além de 2003 taxas constantes de crescimento do PIB de 7,0%. Um ‘céu de brigadeiro’ pouco compatível com a história recente do país e do mundo.

Numa economia mais internacionalizada, a tendência é não manter a estabilidade da performance, e o governo Brito tinha como horizonte de longo prazo uma maior inserção na economia global.

O projeto do governo Olívio se desenvolve a partir da percepção das condições da economia gaúcha encontrar possibilidades de dinamismo na matriz produtiva existente. Além disso, a perspectiva redistributivista de seu programa no quadro de uma economia de mercado aponta necessariamente para valorização tanto das micro e pequenas empresas, como da agricultura familiar e cooperativas.

Embora a proposta de apoio às pequenas empresas já estivesse formulada no programa de governo apresentado aos eleitores em 1998, como forma de obter o desenvolvimento *espraiado*, tantas vezes afirmado pelo governador Olívio, só se configurou uma estratégia mais consistente quando foi elaborado o “plano de desenvolvimento econômico e social” e se estabeleceu que a partir de uma bateria de políticas públicas (créditos assistido, assistência técnica e gerencial, formação de redes de pequenas empresas) se dinamizaria os sistemas locais de proteção (SLPs),<sup>3</sup> procurando uma melhor articulação das cadeias produtivas e sua capacitação competitiva.

---

<sup>3</sup> Estas políticas se inspiraram em experiências européias, principalmente italianas, onde as redes de pequenas empresas tem papel central no tecido econômico.

Por outro lado a distribuição de recursos através do orçamento participativo (OP) capilariza os investimentos e reforça a distribuição horizontal de recursos e acaba por incidir sobre as pequenas empresas.

No mesmo sentido opera a partir do terceiro ano de governo o estabelecimento de um salário mínimo regional, superior ao nacional, na medida que a elasticidade de consumo renda nesta faixa é elevada, contribuindo também para redistribuição de renda.

No que se refere à atração de investimentos, a concessão de incentivos é bem mais restrita que no governo anterior e condicionada ao cumprimento de metas (emprego, tecnologia, etc.) No entanto tem logrado atrair algumas empresas que dialogam com as potencialidades locais, como MDF que produz matéria prima para a indústria de mobiliário, indústria cerâmica que utiliza matéria prima regional e o centro tecnológico em micro-eletrônica (CEITEC) que se relaciona com empresas do setor e principalmente com as capacidades das universidades.

A percepção do Estado como ativo formulador e implementador de políticas para o desenvolvimento pressupõe, no entender do governo Olívio, a conservação nas mãos do Estado de instrumentos de intervenção direta na área de crédito (banco estadual) e infra-estrutura (eletricidade, gás, mineração, etc.), assim como a recuperação das finanças públicas em parte pela melhoria da conjuntura e em parte pelo esforço de arrecadação e diminuição de incentivos.

Pensamos que esta presença do Estado, ainda que transformada pela alteração das condições objetivas e pelas novas referências programáticas, tem raízes profundas na prática política gaúcha, vinda da longínqua primeira República, passando pelos governos trabalhistas e mesmo os conservadores, inclusive os do período militar.

A própria percepção da opinião pública (Identidade gaúcha, 2000), mostra que segundo a pesquisa já referida, ao se perguntar *quais as características demandadas para melhora de vida das pessoas em uma sociedade*, a alternativa ‘ser socialista’, onde a intervenção pública tenha o papel de permitir a igualdade, obteve com respostas favoráveis 52,2% e contrárias 21,9%. Isto ao nosso ver indica, com

todas reservas que se possa ter a respeito de pesquisa de opinião, que há uma consciência difusa de que é desejável que o Estado atue no sentido de diminuir as diferenças na sociedade e seguramente esta consciência está ancorada na construção histórica da instituição Estado tanto a nível nacional mas mais fortemente a nível regional.

Desta forma parece que a aderência do projeto de desenvolvimento do governo de Olívio Dutra<sup>4</sup> é significativa junto a opinião pública. se esta pensa que o projeto está sendo bem executado é uma outra questão.

## **Conclusão**

Acreditamos ter demonstrado as relações entre a percepção da evolução da economia regional e a formulação dos projetos de desenvolvimento contemporâneos do estado do Rio Grande do Sul, assim como sua aderência à opinião pública, que por sua vez é, no nosso entender, formada no longo prazo, no tempo histórico. Isto diz respeito à gênese e desenvolvimento das instituições da região, onde o Estado tem um papel importante na constituição das relações sociais e na pilotagem, ainda que com os limites da esfera regional, do regime de acumulação.

O estado do Rio Grande do Sul tem peculiaridades que o tornaram original no contexto nacional, peculiaridades estas que vem se afirmando ao longo de sua história e que descrevemos neste texto.

Um dos resultados importantes é que nas relações entre classes, embora seja evidente que no sistema capitalista a burguesia tenha a hegemonia, foi necessário para manutenção da dominação fazer concessões aos setores populares que se refletem em indicadores como o IDH (o mais alto do país) assim como uma melhor distribuição de renda e provavelmente da propriedade que na maioria dos estados da federação.

Desta forma, acreditamos que qualquer força política que se propuser a governar o estado do Rio Grande do Sul terá que ter como referência elementos

---

<sup>4</sup> Ainda em relação à pesquisa, à pergunta sobre qual a alternativa mais eficaz para melhorar a situação econômica geral. A resposta, fortalece as micro e pequenas empresas recebeu 80,5% das opiniões e atrair multinacionais 4,7%.

como a importância do papel do Estado no desenvolvimento econômico e social, crescimento econômico desconcentrado, atenção à política social (principalmente educação e saúde), atenção à matriz produtiva local; etc, todos elementos presentes no imediato do projeto do governo Olívio Dutra e como promessa de futuro no projeto do governo Britto.

A história deste estado fez do seu povo, mais do que qualquer outro do país sujeito político e as novas formas de participação direta da população no governo reforçaram este protagonismo. Assim parece difícil restaurar a forma clássica de representação política e, os caminhos a serem trilhados no plano econômico terão que levar em conta esta dimensão.

## **BIBLIOGRAFIA**

ACCURSO, C.; CANDAL A. & VERAS, A. (1965). Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**. Nº16. Porto Alegre: Assembléia Legislativa.

ACCURSO, Jorge (2000). A economia gaúcha nos anos 90. In FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE.

ALMEIDA, Pedro F.C, LIMA Rubens S. 1983. “Apontamentos para uma discussão sobre a questão “Regional” in Ensaio FEE, Ano 4 nº 1, Porto Alegre.

ACCURSO, Jorge da Silva 1993. Notas sobre a reestimação do PIB do RS in “A Sociedade Gaúcha”. Ensaio FEE. Ano 14 nº 22. Porto Alegre.

ACCURSO, Jorge da Silva. 1997. Comentários sobre o desempenho da economia gaúcha. Indicadores Econômicos FEE. V. 25 nº 2, Porto Alegre.

AZEVEDO, André, MONTEIRO Sérgio, PORTUGAL Marcelo 1996. Estagnação econômica, descontrolado dos gastos e deficiência de infra-estrutura: O caso do Rio Grande do Sul, in Indicadores Econômicos FEE, v.24. nº 3. Dezembro Porto Alegre.

BOYER, Robert (1987). La théorie de la régulation: une analyse critique. Paris: La Découverte.

(1990). Les problématiques de la régulation face aux spécificités sectorielles. In **Cahiers économiques et sociologie rurales**, Paris nº117.

(1999). Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? In **Economia e Sociedade**, Campinas, nº 12.

BUSATTO, César (2001). **Os incentivos fiscais como instrumento de uma política de desenvolvimento econômico e social**. Porto Alegre: Gabinete do Deputado Estadual, Assembléia Legislativa RS.1978)

CARRION JR., Francisco M. (1979). **A economia do Rio Grande do Sul – evolução recente**. In DACANAL, J.H., GONZAGA,S (1979).op. cit.

CASTAN, Nelson. 1983. Em busca de um paradigma conceitual para melhor compreensão da economia gaúcha: uma réplica aos comentários, in Ensaio FEE, ano 4 n<sup>o</sup> Porto Alegre.

CASTILHOS, Clarice & PASSOS, Cristina (1998) (coords.). **Competitividade e inovação na indústria gaúcha**. Porto Alegre; São Leopoldo: FEE;UNISINOS.

DACANAL J.H., GONZAGA,S (1979). **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

DALMAZO, Renato (1992) **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul, 1940-1974**. Porto Alegre: FEE. (série Teses).

Diretrizes de Governo (um conjunto de Idéias do Candidato Antonio Brito para o Rio Grande) Movimento Rio Grande Unido e Forte.

FEE [FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATISTICA] (1978). **Análise de indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. 2<sup>a</sup>. Ed. Porto Alegre.(séries 25 anos de economia gaúcha).

(1983). **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. t.1, Porto Alegre.

(Núcleo de Contas Regionais) (1990). O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto. In ALMEIDA, Pedro (coord.) (1990). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. T1. Porto Alegre, FEE.

FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

HERRLEIN JR., Ronaldo (2000a ). **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** Tese de doutorado em Economia. Campinas: IE-UNICAMP.

“Identidade Gaúcha”. Pesquisa promovida pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - sem referência de autora.

LIMA, S. Rubem. “A economia gaúcha e seus percalços”. in Indicadores Econ. FEE, V.25 n<sup>o</sup> 1, Porto Alegre.

LIPEIRZ, Alain (195). **Miragens et miracle: problèmes de l'industrialisation dans lê tiers monde**. Paris: La Découverte.



OLIVEIRA, Franklin (1960). Rio Grande do Sul, um novo Nordeste. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

OLIVEN, Ruben G. 1993. São Paulo; o Nordeste e o Rio Grande do Sul “in A Sociedade Gaúcha”, Ensaios FEE, Ano 14 n° 2, Porto Alegre.

PASSOS, Cristina & lima, Rubens Soares de (2000). Tendências da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. In FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE.

PESAVENTO, Sandra J. (1992). In FISHER, L.A.& GONZAGA, S. (1992) (coords.). op. cit.

PETERSEN, Silvia (1979). As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, J.H., GONZAGA, S. (1979). op. cit.

SOUZA, Enéas C. (1983) Da dinâmica do Capital à subordinação da economia gaúcha” in Ensaios FEE, ano 4 n° 1. Porto Alegre.

SOUZA, Enéas Costa 1986. Estado Nacional, Estado Regional: As ligações perigosas. Ensaios FEE. Vol. 7 n° 2, Porto Alegre.

TARGA, Luiz Roberto (1988). O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul . **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.9, n2

----- (1996) (org.). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre:FEE.

----- (1996a). As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. In (1996) (orgs.). op. cit.

----- (1996b). Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In

----- (1996) (org.) op.cit.

----- (1996c). Permanência na longa duração. In \_\_\_\_\_ (1996) (org.).op cit.

----- (1998) (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre; Lajeado:UFRGS, FEE;UNIVATES.

----- (1998a). Elites regionais e formas de dominação. In ----- (1998) (org.). op. cit.